Considerações sobre a necessidade de apresentação de documentação fiscal eletrônica pelos fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços aos municípios mineiros.

Por Marcelo Tonello

A possibilidade de aceitação de documentação fiscal fornecida exclusivamente na forma impressa pelos fornecedores de mercadorias e prestadores de serviços aos municípios mineiros ainda tem sido objeto de dúvida recorrente por parte das autoridades fazendárias municipais.

Inicialmente, vale destacar que a obrigatoriedade da utilização da Nota Fiscal Eletrônica foi instituída através do Protocolo ICMS nº 10/2007 (tendo o Estado de Minas Gerais como signatário), originalmente prevista para os contribuintes relacionados na cláusula primeira¹ do referido diploma.

O Protocolo ICMS nº 42/2009 (também com o Estado de Minas Gerais figurando com membro originário) estabelece a **obrigatoriedade** da utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), **em substituição** à Nota Fiscal (modelo 1 ou 1-A), pelo critério de CNAE (Código Nacional de Atividade Econômica).

Ao tratar do sistema eletrônico para os documentos fiscais, o normativo disciplina sua imperiosa aplicação com relação às operações com destinatários específicos, nos seguintes termos:

Cláusula segunda: Ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica - NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, a partir de 1º de dezembro de 2010, os contribuintes que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações:

I - destinadas à Administração Pública direta ou indireta, inclusive empresa pública e sociedade de economia mista, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

¹ Cláusula primeira: Acordam os Estados e o Distrito Federal em estabelecer a obrigatoriedade de utilização da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) prevista no Ajuste SINIEF 07/05, de 30 de setembro de 2005, em substituição a Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, para os contribuintes: (...)

Diante da clareza do dispositivo, para reconhecer se os fornecedores dos municípios mineiros estão obrigados a apresentar a documentação fiscal na forma eletrônica ou através da via impressa torna-se fundamental identificar sua condição de contribuinte do ICMS ou do ISS.

Em relação ao enquadramento do fornecedor como contribuinte de ICMS, o artigo 4º da Lei Complementar 87/96 preceitua que:

Art. 4º: Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

Parágrafo único. É também contribuinte a pessoa física ou jurídica que, mesmo sem habitualidade ou intuito comercial:

I - importe mercadorias ou bens do exterior, qualquer que seja a sua finalidade;

II - seja destinatária de serviço prestado no exterior ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior;

III - adquira em licitação mercadorias ou bens apreendidos ou abandonados;

IV - adquira lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos derivados de petróleo e energia elétrica oriundos de outro Estado, quando não destinados à comercialização ou à industrialização.

O Regulamento de ICMS/MG (em razão do disposto no § 4º do art. 97, Parte Geral) traz a **obrigatoriedade**² de inscrição no Cadastro de Contribuintes do Estado das pessoas que realizam operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte, interestadual ou intermunicipal, ou de comunicação:

Art. 97. As pessoas que realizam operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte interestadual ou intermunicipal ou de comunicação são obrigadas a inscrever cada um de seus estabelecimentos no Cadastro de Contribuintes do ICMS, no Cadastro de Produtor Rural Pessoa Física ou no Cadastro Simplificado de Contribuintes do ICMS - DIFAL, conforme o caso, ressalvadas as hipóteses de dispensa expressa na legislação do imposto.

² "ICMS - INSCRIÇÃO ESTADUAL - OBRIGATORIEDADE - As pessoas que realizam operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte, interestadual ou intermunicipal, ou de comunicação estão obrigadas a inscrever-se no Cadastro de Contribuintes do Estado, ainda que as operações ou prestações não estejam sujeitas ao ICMS, em razão do disposto no § 4º, art. 97, Parte Geral do RICMS/2002." (Consulta SEF 54/2008, PTA nº 16.000176101-64, Origem: Belo Horizonte/MG)

Assim, caso o fornecedor realize diretamente com o município as operações descritas no *caput* da L.C. 87/96, é considerado como contribuinte de ICMS e, diante de tal constatação, necessariamente sujeita-se à obrigatoriedade de se inscrever no Cadastro de Contribuintes do Estado e apresentar a documentação fiscal exclusivamente na forma eletrônica, conforme regramento estipulado no artigo 2º, I, do Protocolo ICMS nº 42/2009.

Já no tocante às atividades descritas como **prestação de serviços**, a matéria é disciplinada pela Lei Complementar 116/03, que dispõe sobre a incidência de ISS em relação aos serviços constantes no Anexo do diploma legal.

Art. 1º: O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

§ 1º: O imposto incide também sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior do País.

Observada a ressalva constante na própria L.C. 116/03, é importante destacar que os serviços mencionados naquele diploma legal não se sujeitam ao ICMS, ainda que a sua prestação envolva fornecimento de mercadorias, como preconiza o artigo 1º, § 2º:

§ 2º: Ressalvadas as exceções expressas na lista anexa, os serviços nela mencionados não ficam sujeitos ao Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, ainda que sua prestação envolva fornecimento de mercadorias.

Tratando especificamente sobre a obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica pelos prestadores de serviços à Administração Pública, a orientação esposada pela administração fazendária do Estado de Minas Gerais é no sentido de que *“para as prestações de serviço, os contribuintes deverão continuar a emitir o documento próprio. A NF-e só substitui a NF modelo 1 ou 1-A, a qual deve ser emitida para venda de mercadorias.”*³

³ Orientações referentes à emissão de nota fiscal eletrônica para a Administração Pública. Disponível em www.fazenda.mg.gov.br/empresas/documentos_fiscais/nfe/nfe_administracaopublica.htm

Desta forma, os prestadores de serviços não estariam sujeitos à disciplina geral imposta aos contribuintes de ICMS pela obrigatoriedade de emissão de nota fiscal eletrônica, ainda que as operações sejam destinadas diretamente ao município.

Diante de tal cenário, o prestador de serviços - regra geral, contribuinte apenas do ISS - passa a se sujeitar ao regramento imposto para emissão de documentos fiscais pelo município em que os serviços foram prestados, tornando de maior relevo identificar o local em que as atividades relacionadas no documento fiscal e demais elementos de suporte comprobatório dos trabalhos realizados, conforme determina o artigo 3º da L.C. 116/03:

Art. 3º: O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: (...)

Assim, caso os serviços constantes da documentação fiscal e demais elementos comprobatórios das atividades realizadas não tenham sido prestados nos municípios mineiros - hipótese que a disciplina sobre a emissão do documento fiscal deve seguir a legislação municipal -, imprescindível verificar se o local em que a empresa está domiciliada possui regramento legal acerca da obrigatoriedade de emissão de Nota Fiscal Eletrônica também para os prestadores de serviços.